mido pela necessidade de agilizar a captação de moedas fortes, é possível que o governo queira utilizar-se também deste cereal para a concretização da meta de 6 bilhões de dólares de superávit comercial este ano. Recomendável seria, portanto, que estas vendas fossem precedidas de uma avaliação cautelosa do balanço doméstico de oferta/demanda, de forma a se evitarem futuros apertos no abastecimento de milho, no país.

SOJA

Exportações do complexo deverão obter um bom resultado, em 1983

De agosto de 1982, quando as primeiras intenções de plantio apontavam para um encolhimento na área, a março de 1983, com a colheita em andamento nas várias regiões produtoras, a safra brasileira de soja evoluiu de forma bastante inusitada, fazendo com que a produção recorde de 15,16 milhões de t, alcançada em 1979/80, por pouco não fosse superada. Ao contrário das expectativas iniciais, a quantidade a ser produzida beira as 15 milhões de t, 17% superior à de 1981/82, resultado que se deve a uma oportuna combinação de crescimento de área e recuperação da produtividade.

No Sul do país, a redução da área não chegou a ocorrer na amplitude estimada. A ausência de opções mais rentáveis para o produtor, duplamente afetado pelas quebras de safra da soja e do trigo em 1982, terminou por manter praticamente inalterada a área já ocupada com a oleaginosa. Dessa forma, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná não teriam perdido aproximadamente 100 mil ha ou 1,6% do total de 6,175 milhões de hectares, plantados em 1981/82.

Por outro lado, no Centro-Oeste, a área cresceu de modo bem mais acentuado do que se previa à época do plantio, quando se estimava que alcançaria cerca de 1,5 milhão de ha. Na realidade, a área ocupada com a leguminosa na região alcançou 1,65 milhão de ha, superando em 21% os 1,362 milhão cultivados na última temporada.

No cômputo geral, a área de cultivo no Brasil expandiu-se algo em torno de 200 mil ha, retornando, assim, ao patamar de 8,5 milhões de ha plantados na safra 1980/81.

A produtividade média esperada para essa safra, por sua vez, se equipara aos 1.765 kg/ha obtidos em 1980/81, dado que é até certo ponto surpreendente, uma vez que na época da formação das lavouras, muito se falava na menor utilização de insumos, em função das dificuldades de obtenção de crédito junto à rede bancária e da "liberalização" da aplicação dos recursos de custeio, através da Circular 706 do Banco Central. As produtividades médias das culturas, em conseqüência, deveriam declinar, ainda que o clima fosse favorável. Tal não ocorreu, o que faz supor que a parcimônia de recursos pode, às vezes, ser sinônimo de racionalização no seu uso. Essa racionalização, associada a um desempenho climático favorável, pode gerar bons resultados em termos de produção agrícola.

A obtenção de uma boa safra, no entanto, não resolve todos os problemas dos sojicultores, que estão, agora, com os olhos voltados para Chicago, pois é o intrincado jogo de forças do mercado externo que define, em última instância, os níveis de seus ganhos. Do mercado internacional começam a vir sinais positivos. A recente queda dos preços do petróleo e o início da recuperação da economia dos EUA vêm estabelecendo algumas bases para o fortalecimento dos preços das *commodities*, dentre elas a soja e seus derivados. A esse quadro, vieram se juntar os dados da participação dos agricultores norte-americanos nos programas oficiais de redução da área agrícola, na safra 1983/84. Esses programas, entre os quais, o tradicional *Reduced Acreage Program* e o inovador *Payment in Kind*, deverão fazer com que deixem de ser plantados 33 milhões de ha de cereais (trigo, milho, arroz. . .) e de algodão.

Mesmo sem participar desses programas, a soja deverá sofrer alguns de seus efeitos. De início, pode-se esperar uma retração no plantio da oleaginosa, uma vez que a diminuição que se vem observando na relação de preços soja/milho possivelmente levará ao aumento do plantio do cereal em áreas não comprometidas com aqueles programas. Em adição, a soja, normal-

mente plantada em regime de rotatividade com o trigo, deixará de ser produzida, ao menos por aqueles agricultores vinculados aos programas.

O USDA, antecipando o que será a safra americana 1983/84, projetou a produção da oleaginosa em 57 milhões de t (ainda não há estimativa de área), ou seja, 5 milhões a menos do que a produção da última safra. Diante disso, dos ligeiros aumentos da moagem e das exportações, os estoques finais da temporada 1983/84 são projetados em 7,76 milhões de t, contra 10,34 milhões, em 1º de setembro de 1983.

Permanece incerto, entretanto, como e quando ocorrerá a tão esperada reativação do consumo. Isso dependerá, daqui para a frente, da performance da economia mundial e, em particular, do setor de carnes. Segundo a publicação *Oil World*, os preços e a rentabilidade do setor avícola começaram a apresentar sintomas de melhora, havendo, pois, boas razões para se esperar um crescimento da demanda na segunda metade da temporada (abril a setembro de 1983).

Até o momento, contudo, apenas a União Soviética vem aumentando substancialmente suas compras em relação às de um ano atrás. Entre outubro de 1982 e janeiro de 1983, aquele país adquiriu um total de 711 mil t de farelo (491 mil, só do Brasil) contra 206 mil t, de outubro de 1981 a janeiro de 1982.

Por outro lado, as exportações norte-americanas e brasileiras de óleo vêm evoluindo de maneira bastante favorável. Segundo dados preliminares, de outubro a março, esses dois países venderam 790 mil t de óleo contra 679 mil, em igual período do ano anterior.

Com a confirmação dos prognósticos otimistas em termos de diminuição da oferta de grão e crescimento do consumo de farelo e óleo, os preços internacionais poderão se firmar ou até mesmo superar ligeiramente o nível de US$ 6,3/bu, atingido logo após a divulgação, pelo USDA, da participação dos agricultores norte-americanos nos programas de redução de área.

Em maio, tal nível de cotações poderá alcançar preços médios em torno de Cr$ 5.000,00/sc, valor 25% superior ao esperado antes da maxidesvalorização cambial de fevereiro. Isto significará um aumento de 138% (superior à inflação do período) em relação ao preço médio recebido pelo produtor brasileiro, na comercialização da última safra, estimado em Cr$ 2.100,00/sc.

Mais importante ainda do que o comportamento isolado dos preços é a sua relação com os custos de produção. Segundo a Fecotrigo, o custo médio, na atual safra, da saca de 60 kg, é de Cr$ 3.300,00, valor que confrontado com a média potencial de preços de Cr$ 5.000,00/sc, calculado para maio, propiciaria um retorno bruto de aproximadamente 50%. A rentabilidade do produtor será, pois, visivelmente mais elevada, tendo em vista não só essa margem de preços mas, também, em função da maior produtividade, obtida de forma generalizada nas lavouras (em especial a do Rio Grande do Sul, estado mais castigado pela estiagem de 1982). Portanto, a prevalecerem aqueles preços ("maxivalorizados"), os resultados dessa safra compensarão os insucessos da anterior.

A verdade é que foi instituído, logo após a "máxi", um Imposto de Exportação fixado inicialmente em 30%, depois reduzido para 20% e, finalmente, 5%. O Imposto incide sobre a exportação de grão, farelo e óleo e só será extindo em 1984. Mesmo assim, a maxidesvalorização elevou a receita em cruzeiros, por unidade exportada, em 23,5%. Esse ganho deverá ser mantido, se as desvalorizações cambiais acompanharem o ritmo de crescimento inflacionário, conforme anunciado recentemente.

A natureza ambivalente da formação de preços do complexo soja mais uma vez conduzirá a alternativas conflitantes. Os preços recebidos pelo óleo de soja destinado à exportação serão corrigidos pela inflação. Por outro lado, as vendas internas desse produto e das margarinas terão preços administrados pelo governo, com a finalidade de impedir a propagação das pressões inflacionárias causadas pela "máxi". Esses preços só poderão ser reajustados com 90% da correção monetária, a partir de outubro de 1982.

O cumprimento dessa condição dependerá, em parte, das cotações

externas e da possibilidade concreta de obtenção, pelas indústrias, do chamado *mix* de preços, que lhes viabilize a oferta do óleo no mercado doméstico, nos níveis exigidos pelo governo. Se isso não ocorrer, poderá haver problemas no abastecimento interno do produto.

Existem ainda outros fatores capazes de influir sobre a comercialização da safra brasileira. O primeiro deles é a disponibilidade de recursos para EGF. É possível supor que, diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, o atendimento à demanda por crédito de comercialização, conforme ocorreu no ano passado, não flua no ritmo necessário. Isso diminui o poder de barganha dos produtores e agrava a disponibilidade de capital de giro da indústria, que já se defronta com margens de esmagamento apertadas. Essa disponibilidade poderá ser reduzida ainda mais se forem restringidos, conforme se cogita, os financiamentos para importações em regime de *draw back*.

A questão das importações em *draw back*, é, aliás, bastante controversa. Instituídas com o objetivo de trazer divisas ao país, através da agregação de valor no processamento de matérias-primas, essa meta nem sempre é atendida. Em 1982, por exemplo, a relação dos preços médios obtidos com a importação de grãos e com a exportação de farelo e óleo, guardada a proporcionalidade entre um e outro, foi igual à unidade. Neste caso, não houve qualquer ganho líquido de divisas.

A vantagem do *draw back* para o setor soja, está no aumento da utilização da capacidade nominal de moagem do parque industrial, que se situa em torno das 24 milhões de t, e a conseqüente redução dos custos unitários de produção. Ou seja, a operação é sempre conveniente para as empresas, apesar de possivelmente inócua para a balança comercial do país.

A possibilidade de importação, em regime de *draw back*, pode apresentar outros desdobramentos e, dentre eles, acabar estimulando, ainda que de forma indireta, o chamado "contrabando" de soja. Esse contrabando seria, supostamente, o "batismo" da soja brasileira como paraguaia, para ser, em seguida, embarcada para a Europa, através de Paranaguá. Nesta linha de raciocínio, não há nada que impeça a soja "naturalizada" de ser exportada também para o Brasil, comprada com financiamento para importação de matérias-primas, em regime de *draw back*. Além disso, a exportação do farelo e do óleo resultantes de seu processamento não sofreria a incidência de impostos.

De um modo ou de outro, o fato é que esse contrabando — que sempre existiu de forma reduzida — assumiu proporções exageradas. O Paraguai, com uma produção estimada pelo USDA em 600 mil t (1981/82), exportou 561 mil t para o Brasil e 294 mil através do Brasil, além de uma pequena exportação via Argentina e da reserva para sementes.

A aproximação das taxas de câmbio oficial e "paralela" após a maxidesvalorização e a posterior redução do Imposto de Exportação, exigindo um exame mais criterioso dos pedidos de financiamento às importações, deverão reduzir, de maneira substancial, o desvio de produto brasileiro.

O primeiro reflexo disso será uma queda das importações nessa safra, cujos níveis deverão ser menores, também, em conseqüência da queda da produção argentina. A safra do país vizinho, inicialmente estimada em 4,6 milhões de t, deverá se situar em apenas 3,4 milhões de t (versus 4 milhões, em 1982), o que resultará num excedente exportável de grãos pouco superior a 1 milhão de t, 500 mil das quais já comprometidas com a União Soviética.

Desse modo, a posição brasileira como ofertante no mercado internacional se fortalece fazendo crer que a receita total de divisas com a exportação de 1 milhão de t de grão, 8 milhões de farelo e 1 milhão de t de óleo possa atingir os 2,5 bilhões de dólares. Este seria o segundo maior valor obtido pelo Brasil, desde a sua entrada no comércio mundial de soja, superado apenas pelos US$ 3,2 bilhões de 1981.